

A grande hesitação do Brasil para reformar sua economia

David Asman *

O deputado federal Roberto Campos cita uma matéria de meia página de jornal que anuncia a atualização dos preços de itens que são rigorosamente controlados pelo governo. A enorme lista inclui de tudo, desde automóveis até produtos de higiene feminina. "Como é que se pode ter esperanças de um país que continua a tentar combater a inflação com controles de preço?", pergunta Roberto Campos. "Este país deve ser economicamente o mais atrasado do mundo."

Muitas nações latino-americanas estão adotando agora medidas sérias para liberalizar suas economias. Entretanto, o Brasil não é uma delas. O presidente Fernando Collor de Mello visitou os Estados Unidos para discutir uma zona hemisférica de livre comércio, mas as políticas intervencionistas continuam a sufocar o país.

Finalmente, o "pesadelo Zélia" acabou. Apesar de que o presidente Collor prometeu na campanha eleitoral de 1989 integrar o Brasil à economia mundial, o impulso dado por Zélia Cardoso de Mello, a então ministra da Economia, foi justamente no sentido oposto.

Depois do fracasso do segundo plano econômico, a ministra da Economia foi forçada a pedir demissão.

"A pior coisa em relação à economia sob o comando de Zélia foi o clima de antagonismo que existia entre o governo e o setor privado", afirma Miguel Jorge, vice-presidente de assuntos corporativos da Autolatina. Ele tinha de viajar quase semanalmente de São Paulo a Brasília para sessões de negociação sobre controles de preço.

Talvez o melhor do pesadelo Zélia foi o fato de que o modelo de comando ficou nitidamente desacreditado, depois de ter tido todas as oportunidades para atingir o sucesso. O substituto de Zélia Cardoso, o ex-embaixador nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, é tido como muito menos intervencionista e declarou claramente que "não haverá mais planos econômicos". Isto produziu alívio na comunidade de negócios. A nova equipe econômica já mostrou ser muito mais flexível do que a anterior, que se demitiu em massa junto com a ministra. Mesmo assim, os controles de preço, as tarifas, a proibição de importações (como a legislação que proíbe a importação de muitos softwares e computadores pessoais), o subsídio a mais de duzentas indústrias de controle estatal e dezenas de impostos confiscatórios continuam a impedir o crescimento desse mercado de 150 milhões de consumidores.

Evidentemente, o impacto dessas políticas sobre os industriais do Brasil é muito menos crítico do que sobre os pobres da classe trabalhadora. Lincoln Ferreira é o proprietário de uma quitanda em uma favela na periferia de São Paulo. Sua maior preocupação agora é que não consegue girar seu estoque; o poder aquisitivo de seus clientes caiu 40% nos últimos seis meses. Como a maioria dos trabalhadores nessa favela, Ferreira migrou do empobrecido Nordeste do Brasil para São Paulo. Mas está pensando em retornar ao local de origem. "Pelo menos poderíamos cultivar alimentos para nós", comentou.

Um vizinho, José Franco, trabalha em uma fábrica de automóveis próxima. Ele tira do bolso seu último holerite e balança a cabeça em reprovação aos descontos para impostos. "Não havendo esses impostos, eu poderia comprar roupas de inverno para meus filhos", disse, acrescentando que reza a Deus para que seus filhos tenham pelo menos uma educação que os tirarão da favela. Mas isso é improvável.

Um motivo para o dramático declínio dos serviços públicos é que os recursos continuam a ser canalizados a muitos empreendimentos estatais ineficientes que deveriam ter sido privatizados. Os planos de privatização não decolaram até agora. "Quando Collor tomou posse, ele achava que conseguiria fazê-la sozinho, sem o apoio de um grande partido político", diz Steven Popovics, um analista de ações de São Paulo. Ele cita um acordo que Collor fez com o ex-presidente José Sarney, agora senador do Estado do Amapá. Em troca de seu apoio a outros assuntos no Congresso, Collor prometeu continuar com um projeto de construção que se tornou um embaraço político quando Sarney era presidente: a ferrovia Norte-Sul de US\$ 1 bilhão que, como muitos projetos de construção federais, teria incorrido em irregularidades no processo de concorrência.

"Bem, a distância mais curta entre dois pontos na política nunca é uma linha reta", lamenta o ex-ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, que se

demitiu em março passado, frustrado com o Ministério da Economia, responsável pelas privatizações. "Sim, o presidente foi forçado a fazer acordos demais e, como consequência, a ação na área de privatização foi prejudicada severamente. Mas ele também foi restrin-gido por nossa Constituição", observa. O Brasil está atualmente sentindo o peso de uma Constituição que se tornou um programa de vantagens políticas quando foi reescrita há três anos. Ozires Silva conta mais de 70 emendas relativas a direitos de consumidor da Constituição com a extensão de um livro. "A nova estrutura legal do País torna muito difícil reformar a economia", declara Ozires Silva.

De fato, o Judiciário está sendo usado para combater os controles econômicos. Milhares de processos legais estão sendo movidos por indivíduos e empresas na tentativa de liberar seus ativos congelados. E estão saindo vitoriosos nas ações. Os tribunais mostraram uma independência sem precedentes do Executivo, chegando a emitir ordem de prisão do ex-presidente do Banco Central. Tanto sucesso tiveram esses processos individuais que os advogados se opõem a cuidar dos casos sem pagamento adiantado de honorários, mas em troca de 10% dos ativos liberados. Isso é muito impressionante porque os perdedores em processos cíveis precisam pagar os honorários advocatícios dos vencedores.

Para ser justo com Collor, registraram-se alguns avanços notáveis — a eliminação de mil itens na lista de importações antes proibidas e a redução de algumas tarifas aduaneiras. Mas os interesses especiais que são beneficiados pela proteção e subsídios ainda precisam ser enfrentados. Esses interesses são os mesmos grupos que se opõem a aberturas competitivas do mundo inteiro — as empreiteiras que pagam aos políticos, os sindicatos que ameaçam entrar em greve, os "estadistas" intelectuais que afirmam estar mais preocupados com a soberania nacional do que com suas mordomias no governo.

Todos eles estavam bem representados na recente conferência no Rio de Janeiro, co-patrocinada pelo Manhattan Institute de Nova York e pela Fundação Getúlio Vargas, o primeiro defensor de livre mercado e o segundo com uma clara preferência pelo "status quo". Tão desanimado ficou um participante norte-americano com a rejeição de abertura econômica por um intelectual brasileiro que ele abandonou subitamente a conferência, afirmando: "Vou para casa ler Marx; prefiro absorver marxismo não diluído".

Entretanto, o que os participantes na conferência não viram foi a crescente frustração de uma nova geração de empreendedores no Brasil. Esses jovens de negócios desejam ver o Brasil se tornar um membro ativo da economia mundial. Um novo grupo de São Paulo denominado Pensamento Nacional das Bases Empresariais começou a coordenar atividades de lobby. "No Brasil 50% das indústrias são controladas por 2% dos industriais", comenta o co-fundador do grupo, Emerson Kapaz, de 36 anos, proprietário de uma indústria de brinquedos. "A maior parte desses 2% sobrevive com contratos do governo e com a manutenção deste país fechado à concorrência — interna ou externa. Este é o motivo de não aceitarem a abertura."

Mas Kapaz tem esperanças de que a elite estabelecida no Brasil verá a necessidade de mudança.

"O Brasil é como um enorme transatlântico que vinha afundando lentamente", diz Kapaz. "A elite está nas cabines de cima, de modo que não tinha notado que o resto estava afundando. Mas agora a água começa a molhar seus pés e vêem que estão no mesmo navio que afunda. Acredito que mesmo os grupos protegidos percebem agora que não podemos mais ir contra a maré da história."

Espera-se que o presidente Collor tenha sido incentivado durante sua visita aos Estados Unidos a iniciar conversações sobre o livre comércio. Mas também deveria perceber como é importante colocar sua própria casa em ordem. O trajeto do México até seu acordo de livre comércio foi iniciado em 1986 quando aderiu ao GATT e começou a abrir a economia. Só então foi possível iniciar discussões sérias sobre um acordo de livre comércio. Usando essa experiência como modelo, o Brasil tem um longo caminho pela frente.

Reproduzido com autorização do The Wall Street Journal. Copyright (1991) Dow Jones & Company Inc. Todos os direitos reservados no mundo.

* Editor do The Wall Street Journal para as Américas.